

# O PS diz Não à Transparência e ao Rigor !

02-Nov-2010

Opinião

Texto de Maria da Graça M. Pinto

À

Nas últimas décadas têm-se intensificado, em Portugal, os sinais de descensão na gestão da res publica. Esta crise de confiança deve-se, em grande medida, ao facto de os sucessivos aumentos de impostos â€• e como contrapartida o prometido fim da espiral da crise. Ao contrário, a má gestão dos recursos públicos, o favorecimento de interesses instalados, a falta de transparência e as gritantes desigualdades na distribuição da riqueza têm arrastado o país para sucessivas crises financeiras e económicas com a consequente degradação da qualidade de vida dos portugueses.

Não deixa de ser curioso o facto de dirigentes partidários de forças políticas que contribuíram para este estado de coisas virem, agora, a pôr em causa a Sustentabilidade do Estado Social e apresentar como solução, ainda que de forma encapotada, a sua transformação num Estado Mónico.

Ao contrário, consideramos que o Estado não pode demitir-se das obrigações para com os seus cidadãos e esquivar-se ao pagamento de uma enorme dívida social, para o que é necessário acabar de vez com o desperdício e adoptar práticas orçamentais pautadas pela equidade, rigor e transparência.

À

Foi por isso que o Bloco de Esquerda apresentou a proposta de projecto de Lei que consagra a Orçamentação de Base 0 para 2012, aprovada no dia 29 de Outubro, na Assembleia da República. O projecto de lei teve os votos favoráveis do Bloco, do PSD e dos Verdes, a abstenção do Partido Comunista e do CDS-PP, e os votos contra do Partido Socialista.

A transparência orçamental, o combate ao despesismo nos serviços e empresas públicas e a adequação dos serviços às necessidades dos cidadãos constituem os pilares em que assenta o projecto de lei. A pertinência destes objectivos explicou o voto favorável da maioria dos deputados, mas não o entusiasmo dos socialistas, que votaram, sozinhos, contra a proposta!

O Orçamento de Base Zero obriga os serviços do Estado, as empresas públicas e as entidades financiadas pelo orçamento a justificar as despesas previstas em função de um programa de actividades a desenvolver. As propostas de orçamento deixam, assim, de ter como referência as contas do ano anterior e têm que se pautar pelo rigor e transparência.

A metodologia actualmente em vigor, acarreta práticas como a corrida à despesa inútil no final de cada ano, para evitar baixar o orçamento para o ano seguinte. O plano de aquisição de 400 viaturas numa empresa pública constitui um exemplo paradigmático.

Num momento de grave crise financeira e social e de generalizada desconfiança nas contas públicas o recurso prático deste tipo assume particular gravidade e compromete o necessário investimento na qualidade dos serviços públicos, fundamental à defesa da sustentabilidade do Estado Social.

A escolha era clara – promover a transparência e a qualidade nos serviços públicos, ou apostar na persistência de práticas opacas de desperdício e favorecimento - e

o PS terá, certamente, muita dificuldade em convencer o País da bondade do seu voto!